

**UM ESTUDO SOBRE CATEGORIAS ENUNCIATIVAS  
NOS TEXTOS AMAZÔNICOS  
DE EUCLIDES DA CUNHA E CONSTANT TASTEVIN**

Camila Bylaardt Volker (UFAC/UFMG)  
[camilabyla@gmail.com](mailto:camilabyla@gmail.com)

*O Discurso da História*, de Roland Barthes, faz um esquadrinhamento da estrutura do discurso histórico. A proposta de Barthes é analisar qual ou quais traços específicos poderiam diferenciar a narração histórica da narração imaginária. Em que nível da enunciação do discurso histórico estaria esta diferença? Neste artigo, acompanharemos o argumento do autor, de maneira a explicitar semelhanças e diferenças entre o discurso histórico e textos de Constant Tastevin e Euclides da Cunha, motivados pela viagem dos autores à região do Acre<sup>112</sup>.

A questão que se discutirá é ampla e está na base do discurso que se pretende histórico e do discurso que se pretende literário. De fato, a teoria literária, desde antes que esse campo do saber tivesse se estabelecido como tal, reflete sobre os problemas da representação. Se, de um lado, temos o discurso literário, que assume representar fatos e ficção, de outro, temos o discurso histórico, que pretende representar apenas fatos, sem fazer ficção.

No entanto, a pretensão do discurso histórico esbarra no trato com a linguagem, pois que para se representar devidamente os fatos, a linguagem utilizada deve acompanhar tal pretensão, através da utilização de certos traços (como notações, vocabulário ou outros artifícios) que possam atestar a fidedignidade dos significantes em relação ao referente exterior. Esses seriam os traços específicos, mencionados por Barthes, concernentes à construção textual do discurso histórico, ligados à utilização da linguagem:

O cuidado com a construção textual pressupõe que já não se tome a linguagem como simples modo de referência de conteúdos factuais. Preocupar-se com a construção do texto não supõe considerar-se a verdade (*alétheia*) uma falácia convencional; a procura de dar conta do que houve e por que assim foi

---

<sup>112</sup> Constant Tastevin (1880-?1963) é um missionário espiritano francês que chega a Tefé, Amazonas, em 1905. Euclides da Cunha (1866-1909), jornalista e engenheiro, dirige-se à Amazônia em 1905 como chefe da Comissão Brasileira de Demarcação de Fronteira entre o Brasil e o Peru, na frente que mapearia o curso do Alto Purus.

é o princípio diferenciador da escrita da história. Ela é a sua aporia. Analiticamente, porém, cabe mostrar os poros que nela se infiltram (LIMA, 2006, p. 37).

Assim como Barthes, Lima argumenta que a escrita do discurso histórico possuiria certos *poros*, os pormenores concretos, que lhe separariam da narrativa qualquer, ou da narrativa que não se pretende como verdade.

Façamos, então, o esquadramento de alguns textos dos viajantes Euclides da Cunha e Constant Tastevin, de modo a demonstrar quais traços específicos do discurso histórico são por eles utilizados. Para começar a tratar do assunto aqui pretendido, é necessário que se faça algumas observações sobre os textos dos autores com os quais pretendemos trabalhar. À época da viagem de Euclides da Cunha e das viagens de Constant Tastevin, o gênero relato de viagem já estava em decadência. De fato, os grandes relatos de viagem foram produzidos entre os séculos XVI e XIX, e, à época dos autores, já existiam outros gêneros e outras formas de publicação que também se adequavam ao objetivo de relatar experiências vividas em viagem (o artigo científico, o artigo de opinião, o relato etnográfico...)

Euclides da Cunha e Tastevin formaram o conhecimento prévio que tinham sobre a região amazônica através de relatos de viagem; eles também fizeram seus próprios de relatos, mas no caso de Euclides da Cunha, o mais expressivo de sua obra sobre a Amazônia é o conjunto de publicações motivado pelo debate em torno de questões motivadas pela viagem, ao que Willi Bolle (2005, p. 13) denomina de *historiografia espacial-territorial*. Já Constant Tastevin, em missão apostólica pela Amazônia Ocidental, informa aos seus superiores sobre suas viagens através de relatos, muitos deles publicados em revistas católicas, mas muitas de suas publicações são orientadas para a etnologia e para a linguística, o que resulta em diversos artigos publicados em revistas especializadas, alguns deles escritos em colaboração com o antropólogo Paul Rivet.

Em *O Discurso da História*, Roland Barthes sugere que o discurso histórico oscile entre dois polos:

Quando as unidades indiciais, num historiador predominam (remetendo a cada instante a um significado implícito), a História é levada para uma forma metafórica e se avizinha do lírico e do simbólico (...). Quando, pelo contrário, são as unidades funcionais as predominantes, a História toma uma forma metonímica, aparenta-se à epopeia (BARTHES, 2004, p. 175).

Podemos estender as categorias de análise mencionadas pelo autor

ao teor dos textos escritos por Tastevin e Euclides da Cunha. Os autores escreveram alguns textos que reproduzem o deslocamento espacial realizado em viagem, orientados pela redação linear dos eventos, em que se percebe a predominância de *unidades funcionais*<sup>13</sup>. Por outro lado, temos textos que privilegiam o aprofundamento das questões percebidas em viagem, que se orientam pela análise de questões que transcendem o deslocamento temporal e espacial. Nesses textos predominam as *unidades indiciais*<sup>14</sup>.

Tendo feito essa breve apresentação da estrutura da obra dos autores cabe, agora, analisar as categorias do discurso histórico presentes em seus textos.

- **Enunciação**

Inicialmente, analisaremos os aspectos referentes à enunciação do discurso histórico e dos relatos de viagem. Especificamente, nos detemos nos *embreantes da escuta*, nos *embreantes de organização* e nas *referências ao narrador*.

O primeiro grupo de embreantes a se analisar é referente à escuta. De fato, ao redigir os apontamentos que depois serão transformados nos relatos de viagem, os viajantes recebem informações de diversas fontes e as reproduzem, com as devidas adaptações, em seus textos:

Essa categoria foi identificada, em nível de língua, por Jakobson, sob o nome de *testimonial* e sob a fórmula  $C^c Ca^1 / Ca^2$ : além do evento relatado, ( $C^c$ ), o discurso menciona, ao mesmo tempo, o ato do informador ( $Ca^1$ ) e a palavra do enunciante que a ele se refere ( $Ca^2$ ) (BARTHES, 2004, p.164).

Na viagem a um local desconhecido, em que se depende de outras pessoas tanto para execução logística da viagem, quanto para complementar os dados que se possui sobre o local, é extremamente comum que os relatos de viagem estejam recheados de informações provenientes de terceiros. Em Euclides da Cunha, por exemplo, lemos:

---

<sup>1</sup> As unidades funcionais são os elementos que compõem o sentido geral da obra. Nas palavras de Todorov: "o significado (ou função) de um elemento na obra é a habilidade de fazer correlações com outros elementos na obra e com a obra como um todo" (TODOROV, 1968, *apud* BARTHES, 1975, p. 244).

<sup>2</sup> As unidades indiciais seriam compostas por índices, "traços da personalidade de personagens, informações que concernem à sua identidade, notações da 'atmosfera' etc." (BARTHES, 1975, p. 247).

Num dia, de julho de 1905, quando chegava ao último *puesto* caucheiro do Purus, uma comissão mista de reconhecimento, todos os que a compunham, brasileiros e peruanos, viram o corpo desnudo e atrozmente mutilado, lançado à margem esquerda do rio, num claro entre as frecheiras. Era o cadáver de uma amahuaca. Fora morta por vingança, explicou-se vagamente depois. E não se tratou mais do incidente – coisa de nonada e trivialíssima na paragem revolvida pelas gentes que a atravessam e não povoam, e passam deixando-a ainda mais triste com os escombros das estâncias abandonadas... (CUNHA, *À Margem da História*. 1966, p. 261-2)

No episódio acima, a precisão descritiva de Euclides da Cunha é utilizada para retratar o resultado de um crime (C<sup>e</sup>). O mês, o ano, a localização, o corpo mutilado – o incidente, visto por acaso, ilustra a impunidade e a selvageria que permeavam as relações naquele lugar. O autor relata o que viu e ainda alude à explicação vaga (Ca<sup>1</sup>) que se deu ao evento posteriormente; o próprio responsável pela explicação não é nomeado, e a flexão verbal assume a indefinição do sujeito (Ca<sup>2</sup>). Por mais chocante que tenha sido aquela visão, um corpo feminino mutilado e desnudo, abandonado, sem que se tivesse tido sequer a intenção de escondê-lo, aquilo era um *nonada*, circunstância *trivialíssima* à qual as pessoas eram quase indiferentes. Não se pergunta quem teria sido responsável por tal crime: caucheiros peruanos, seringueiros brasileiros, índios? O corpo da mulher indígena abandonado é mais uma cena a compor a ruína daquela sociedade em vias de se estabelecer.

Constant Tastevin também constrói seus relatos utilizando dados de terceiros. Na viagem ao Riozinho da Liberdade, em 1928, ele narra:

*No dizer dos primeiros exploradores, alguns dos quais ainda vivos, havia outrora relativamente muitos índios no Riozinho da Liberdade. Hoje eles quase desapareceram. Os civilizados, peruanos “caucheiros” e brasileiros seringueiros, exterminaram um grande número deles nas expedições ou “correrias” sem perdão. Chegou-se até a arremessar pequenos índios ao ar para recebê-los sob a ponta de um punhal. Foram evidentemente casos excepcionais, tão excepcionais que ainda se fala deles com horror* (TASTEVIN, 2009, p. 232).

O padre menciona as ações dos civilizados (C<sup>e</sup>) sinteticamente, sem a menção da fonte (Ca<sup>2</sup>): o evento não possui pormenores como números, lugares, pessoas e datas; poucos e neutros adjetivos são utilizados e não há menções a recortes ou resumos – ainda que se saiba que foram “casos excepcionais”, dos quais apenas um foi relatado.

Dessa maneira, percebemos que o discurso dos viajantes assemelha-se ao discurso histórico, preenchendo as suas notações com pormenores concretos, ainda que as explicações para tais eventos sejam dadas de forma vaga.

O segundo grupo de embreantes é relativo aos “signos declarados pelos quais o enunciante, no caso o próprio historiador, organiza o seu próprio discurso, retoma-o, modifica-o durante o percurso, enfim, dispõe pontos explícitos de referência” (BARTHES, 2004, p. 165).

Nesse caso temos tanto embreantes temporais quanto espaciais, pois que os relatos de viagens de Tastevin e Euclides da Cunha são orientados pelo deslocamento espacial que realizam, porém, pela natureza de suas viagens e pela função que exerciam, as medidas espaciais tomam empréstimos de categorias temporais. Segundo Barthes, esse segundo tipo de embreantes evidencia o atrito entre o tempo da enunciação e o tempo da matéria enunciada. O autor aponta três situações-problema: os fenômenos de aceleração da história (a extensão do texto em relação ao período de tempo ao qual ele se refere); a linearidade do discurso contraposta ao aprofundamento das informações apresentadas; e, por último, o momento de inauguração, em que a história começa a ser contada.

Em relação à primeira situação problema da organização do discurso, podemos fazer uma comparação interessante entre Euclides da Cunha e Tastevin. A eloquência descritiva dos dois autores é significativamente diferente; em relação à paisagem, às experiências e aos eventos da viagem, poderia se argumentar que Tastevin é por demais conciso, o que poderia testemunhar contra a fidedignidade de seus relatos em relação ao que foi vivenciado. De fato, Tastevin é um autor que descreve pouco, aspecto até curioso, uma vez que tal perfil é raro entre os viajantes que visitaram a Amazônia. Diante da eloquência de Euclides da Cunha e de outros autores, Tastevin evita, propositadamente as delongas comuns em tais relatos: “Nada direi da viagem a vapor em um rio interminável, enquadrado por infundáveis florestas virgens” (TASTEVIN, 2009, p. 62). Mas em que modelo de discurso a concisão de Tastevin encontraria seus pares? Segundo Barthes, “a história (o discurso histórico: *historia rerum gestarum*) é, na verdade, o modelo dessas narrativas que admitem preencher os interstícios de suas funções com notações estruturalmente supérfluas” (BARTHES, 2004, p. 188).

Nesse aspecto, então, as narrativas das viagens de Tastevin se afastam do discurso histórico, já que autor assume não preencher os interstícios entre o tempo da enunciação e o tempo do enunciado com descrições inúteis e infundáveis. Tastevin deixa de fazer a “história em ziguezague ou denteada”, pois que não aprofunda o seu discurso linear com árvores genealógicas ou notações que remontam às origens dos lugares e das coisas.

Por outro lado, a organização textual de Tastevin não prescinde das *inaugurações*, “lugares onde se encontram o começo da matéria enunciativa e o exórdio da enunciação” (BARTHES, 2004, p. 166). No contexto amazônico, desde o relato de Carvajal, o exórdio é comum em relatos de padres e missionários (cf. Acuña, Carvajal). Já os relatos dos viajantes naturalistas (cf. HENRY BATES, AGASSIZ, LA CONDAMINE), como seria de se esperar, são inaugurados pela data e o local, sem maior precisão além da notificação de que ali é o início da viagem; a narrativa muitas vezes começa *in media res*, estando o viajante já em alto mar ou no rio que irá explorar. De maneira menos efusiva e eloquente do que seus companheiros de fé, Tastevin dá início ao relato de sua viagem ao Alto-Juruá “oferecendo notícias da recente viagem apostólica” (TASTEVIN, 2009, p. 61) que acabara de realizar.

Com a mesma função, lemos a descrição do início da viagem de Euclides da Cunha:

Cumprindo o expresso nas instruções, as comissões de reconhecimento, reunidas na cidade de Manaus, depois de verificados os seus títulos, compararam os seus cronômetros, e prolongaram a sua estada até o dia 5 de abril, em que a Comissão Mista de Reconhecimento do Alto Purus seguiu em demanda do seu destino. Esta demora obrigatória foi ocasionada pelo atraso das Instruções, recebidas poucos dias antes da partida, de sorte que o tempo despendido em Manaus nos desalentava, tornando problemático chegarmos ao termo da viagem de que nos encarregáramos, sobre aumentar grandemente as suas dificuldades, porque a vazante começava naquela quadra e as facilidades da navegação a vapor diminuam ao mesmo passo em que aumentavam as distâncias que deveríamos transpor em canoas num rio de tão dilatado curso (CUNHA, In: *O Rio Purus*, 1966, p. 681).

Inaugura-se, neste ponto, o início dos trabalhos da Comissão, momento em que o autor iniciará a redação dos pormenores da viagem e tomará conhecimento de fatos e incidentes que, posteriormente, se tornarão motivos para artigos que virá a escrever.

O último aspecto a se observar dos *shifters* da enunciação diz respeito à figura do próprio enunciador. O discurso dos viajantes possui a especificidade de ser narrado pela pessoa que vivenciou o que se narra. Barthes comenta a situação:

Temos de mencionar o caso particular em que o enunciador do discurso é ao mesmo tempo participante do processo enunciado, em que o protagonista do enunciado é o mesmo protagonista da enunciação (T<sup>c</sup>/T<sup>n</sup>), em que o historiador, ator quando do evento, dele se torna o narrador (...). (...) a verdadeira situação do enunciante se manifesta na escolha dos sintagmas com que cerca seus atos passados (BARTHES, 2004, p. 169-170).

Nesse caso, o discurso dos relatos de viagem tangencia os discursos históricos que apresentam a coincidência do historiador narrar algo de que fez parte. No discurso dos relatos de viagem essa situação é condição da enunciação desse gênero.

Em Euclides da Cunha, no *Relatório da Comissão Mista*, o autor faz referência a si mesmo através do pronome *nós*, uma vez que, de fato, o deslocamento se dava em grupo e deveria haver, mesmo que mínima, uma coesão entre os membros da equipe. No entanto, pela diferença de trato, de objetivos e até pela diferença entre as personalidades, o pronome *nós* sofre uma paulatina fragmentação ao longo da viagem, separando-se entre o *eu*, o narrador Euclides da Cunha, e o *eles*, referente ao resto da equipe:

Mas ao chegar naquela tarde à foz do Cavaljani, considerei empresa perdida. (...) Os meus bravos companheiros rendiam-se aos reveses. Atravessei, em claro, a noite. Acocoravam-se à roda de uma fogueira meio extinta; e receberam-me sem se levantarem, com a imunidade de seu próprio infortúnio. Dois tiritavam de febre. Falei-lhes. A honra, o dever, a pátria e outras magníficas palavras ressoaram longamente, monotonamente. Inúteis. Permaneceram impassíveis. Quedei-me, inerte, em uma tristeza exasperada. (CUNHA, In: *O Valor de um símbolo*, 1966, p. 530)

A caracterização do narrador é feita em oposição ao resto da equipe: se eles estão acorados e doentes, o narrador está de pé e ainda tem forças. Fala e em seu discurso notamos palavras comuns ao pensamento republicano de Euclides, surdas ao contexto da situação de enunciação. No entanto, o narrador não é impassível ao sofrimento dos outros e deixa-se, inerte, arrebatar pela tristeza.

Em Tastevin, há o predomínio da utilização do pronome em primeira pessoa e os sintagmas que o cercam geralmente são verbos de ação (cheguei, levantei-me, celebrei, remei, fiz, benzi...) e quase não há adjetivos ou substantivos que caracterizem o estado emocional e físico do padre.

- ***Enunciado***

Na segunda parte do texto, Barthes analisa o enunciado histórico para demonstrar os recortes feitos de forma a criar unidades de sentido. Essas unidades de sentido não são o referente e não são ainda o discurso: o referente já foi nomeado, mas ainda carece de uma sintaxe que lhe dê um predicado. Nesse sentido, vemos que, novamente, os relatos de via-

gem possuem estruturas semelhantes às do discurso histórico:

O enunciado histórico, assim como o enunciado frásico, comporta “existentes” e “ocorrentes”, seres, entidades e seus predicados. Ora, um primeiro exame deixa prever que uns e outros (separadamente) podem constituir listas relativamente fechadas, por conseguinte passíveis de dominar, em suma, *coleções*, cujas unidades acabam por repetir-se mediante combinações evidentemente variáveis (BARTHES, 2004, p. 171).

O discurso dos viajantes é organizado à partir de uma orientação espacial, de maneira que o leitor pode acompanhar os passos da viagem. A congregação de unidades temáticas, no entanto, parece ser necessária para que se explicitem assuntos relativos a determinado trecho do percurso ou mesmo para que se faça compreender categorias discursivas relativas à dinâmica social, econômica, histórica ou científica (geográfica, botânica, zoológica...) da região visitada. Segundo Barthes,

através dessas unidades temáticas, o mais das vezes prisioneiras de uma palavra, reencontramos unidades do discurso (e não mais apenas do conteúdo); atingimos assim o problema da denominação dos objetos históricos: a palavra pode economizar uma situação ou uma sequência de ações; ela favorece a estruturação na medida em que, projetada em conteúdo, ela própria é uma pequena estrutura (BARTHES, 2004, p. 172).

Em Euclides da Cunha, especialmente dentro do *Relatório da Comissão Mista*, o autor estabelece unidades temáticas como orientação para explicações que serão estabelecidas à partir da viagem, da leitura de vasta bibliografia sobre o assunto, e da reflexão sobre questões que aparecem em campo, mas transcendem a conjuntura local. Vejamos algumas dessas unidades: *A viagem; O rio Purus e seus afluentes; O Clima; Caracteres físicos da região e seus povoadores; A história da geografia do Alto Purus; O povoamento; A navegabilidade*. Essas unidades temáticas serão, ainda, subdivididas em outras pequenas categorias.

A intenção de Euclides, no *Relatório*, transcende a descrição dos eventos vivenciados; as unidades temáticas apontam para intenção primeira da Comissão brasileira, que era delimitar a fronteira entre o Brasil e o Peru, através da demanda de *uti possidetis*, requerida pelos seringueiros brasileiros. Nesse ponto, cabe notar que a grandiloquência e o patriotismo de Euclides se faz visível em pequenos detalhes: “Realmente, o Purus, um dos mais tortuosos cursos d’água que se registram, é também dos que mais variam de leito” (CUNHA, *Rios em abandono*, 1966, p. 238).

É curioso que certos temas vivenciados durante a viagem e exclu-



ídios do relatório oficial venham a ser apresentados em artigos posteriores, como é o caso do cadáver da amauaca, que aparece primeiramente em 1905, em uma entrevista a um jornal de Manaus:

Duas horas antes de alcançarmos aquele ponto, tínhamos visto, atirado no barranco esquerdo do rio, num claro, entre as frecheiras, o cadáver de uma mulher, uma amauaca. Fora, ao que colhemos depois, trucidada pelos bárbaros, que rondavam por perto numa ameaça permanente e surda (CUNHA, *Entrevista ao Jornal do Commercio*, 1966, p. 506-507).

Nessa ocasião, o autor descreve de forma sucinta a cena, mas aprofunda a explicação de sua morte. Se, no primeiro trecho, a índia tinha sido morta por vingança e essa explicação é referida por um sujeito inexistente, no segundo trecho, o assassinato foi cometido por bárbaros que ameaçavam não só a população local, mas também os viajantes. No entanto, a fonte da informação continua vaga, referenciada nos termos *ao que colhemos depois*, e poderíamos inquirir: de quem e como foi colhida essa informação?

Os relatos de Tastevin aqui analisados são orientados espacialmente, e apenas em algumas de suas publicações encontramos uma divisão em unidades temáticas (cf. *Os kachinauas comedores de cadáveres*, de 1925). De forma geral, as experiências do autor são relatadas linearmente, sem aprofundamentos, a não ser como introdução, sob a forma de apanhados históricos – muito resumidos – da região (cf. *No Môa*, de 1914; *Na Amazônia*, de 1914; *O rio Muru*, de 1925).

Outro aspecto a respeito do qual Barthes chama a atenção e que merece também consideração em relação ao discurso dos relatos de viagem diz respeito ao estatuto:

Ora, o estatuto do discurso histórico é uniformemente assertivo, constativo; o fato histórico está ligado linguisticamente a um privilégio de ser: conta-se o que foi, não o que não foi ou foi duvidoso. Enfim, o discurso histórico desconhece a negação (BARTHES, 2004, p. 173).

Assim como o discurso histórico, o discurso dos relatos de viagem também desconhece a negação; só se pode narrar algo que tenha sido, ainda que de forma indireta, vivenciado e, em última instância, se narrativas com um alto grau de incerteza vierem a participar de um relato de viagem, estão sempre cerceadas – são atribuídas a outrem e cercadas de sintagmas que atestam seu grau de incerteza: são eventos ocorridos em locais distantes, desconhecidos e sem nomeação de uma fonte precisa.

Nesse sentido, há que se observar o comentário de Lima (2006, p.

61) sobre a passagem do discurso da épica para o discurso que viria a se tornar o discurso histórico: o discurso épico era proferido por alguém investido de autoridade por entidades sobrenaturais (as Musas); o discurso de Heródoto, orientado pelo que foi recolhido de uma tradição oral, se solidifica com base no que “me disseram ou presenciei e julgo ser verdadeiro”. Já em Tucídides. “a vista é o critério essencial capaz de tornar possível uma história verdadeira”. No caso dos relatos de viagem, a enunciação conjuga informações recolhidas do que se observou e do que se ouviu dizer. Fatalmente, o que se ouve dizer é mesurado com base naquilo que se pode observar e aí podemos imaginar que quanto mais o universo amazônico é “desvendado” pelo olhar estrangeiro, mais os casos ouvidos eram avaliados de acordo com critérios de verossimilhança – em Carvajal, Rojas e Acuña, por exemplo, o que se pode ver e ouvir não pode ser propriamente medido em relação a um critério de verdade, pois que se desconhece os recônditos grotões em que os casos estranhos acontecem. Já no século XX, Tastevin e Euclides da Cunha podem classificar o que é ouvido de acordo com categorias de gênero que têm mais ou menos semelhança com a realidade – é o caso dos momentos em que os narradores informam sobre lendas, mitos e crenças, uma denominação para episódios pouco verossímeis.

- **Significação**

O terceiro aspecto analisado por Barthes no que diz respeito ao discurso da história é relativo à sua significação. Segundo o autor, o discurso histórico é pautado por um paradoxo:

o fato nunca tem mais que uma existência linguística (como termo de um discurso), e, no entanto, tudo se passa como se essa existência não fosse senão a “cópia” pura e simples de uma outra existência, situada num campo extra-estrutural, o “real” (BARTHES, 2004, p. 177).

A própria concepção do que o termo “real” e seus derivados significam são alvo de discussão (cf. JAKOBSON, 1978), mas, no caso do discurso histórico, devemos observar uma operação dupla através da qual esse “real” é apreendido: inicialmente o referente é destacado, funcionando como o regulador de um discurso voltado para grandes feitos (*res gestae*). Num segundo momento, com o significado diminuído e confundido com o próprio referente, o esquema semântico é reduzido a dois elementos, o significante e o referente. O discurso da história segue esse modelo e acredita “fazer a economia do termo fundamental das estruturas

imaginárias, que é o significado” (BARTHES, 2004, p. 177). Assim, a narração histórica conclui o seu círculo paradoxal: “a estrutura narrativa, elaborada no cadinho das ficções (através dos mitos e das primeiras epopeias), torna-se, a uma só vez, signo e prova da realidade” (BARTHES, 2004, p. 179).

Ao levar essa discussão para o âmbito das narrativas de viagens, vemos que os viajantes padecem, muitas vezes, da ilusão retórica de atribuir à própria redação dos eventos experimentados o status de realidade.

Euclides da Cunha possuía um nível avançado de reflexão e pesquisa sobre o Brasil. À época de sua viagem para Amazônia, o autor já tinha se consagrado com *Os Sertões*, em que sua inquirição e análise da situação social em Canudos demonstra, no mínimo, um vasto estudo da história, geografia e sociedade brasileira. No caso da viagem para Amazônia, o autor estava preparado para a empreitada antes mesmo de saber se dela iria participar. A conversa com o Barão do Rio Branco, que antecedeu a sua nomeação como chefe da comissão brasileira, foi decisiva, uma vez que o Barão pode perceber o preparo técnico, discursivo e político de Euclides da Cunha para a missão diplomática.

Além disso, o escritor escrevera artigos em jornais sobre o assunto antes de realizar a viagem<sup>115</sup>. Não é raro observar em seus textos, um conhecimento profundo da economia e dinâmica local, além de uma quantidade expressiva de citações que vão desde os relatos mais antigos sobre a Amazônia até específicos detalhes cartográficos analisados em expedições recentes, como é o caso das variadas referências à expedição do cientista William Chandless.

No entanto, tamanho conhecimento sobre a Amazônia não é capaz de eximir o escritor de preconceitos, e o próprio Euclides afirma:

Ao revés da admiração ou do entusiasmo, o que sobressalteia geralmente, diante do Amazonas, no desembocar do dédalo florido do Tajapuru, aberto em cheio para o grande rio, é antes um desapontamento. (...) mas como todos nós desde mui cedo guizamos um Amazonas ideal, mercê das páginas singularmente líricas dos não sei quantos viajantes que desde Humboldt até hoje contemplaram a *Hylae* prodigiosa, com um espanto quase religioso – sucede um caso vulgar de psicologia: ao defrontarmos o Amazonas real, vemo-lo inferior à imagem subjetiva há longo prefigurada (CUNHA, *À Margem da História*,

---

<sup>115</sup> São eles: “Fronteira Sul do Amazonas: Questão de Limites”. *O Estado de S. Paulo*, 14/11/1898; “Conflito Inevitável”, *O Estado de S. Paulo*, 14/05/1904; “Contra os Caucheiros”, *O Estado de S. Paulo*, 22/05/1904; “Entre o Madeira e o Javari”, *O Estado de S. Paulo*, 29/05/1904.

A primeira visão da Amazônia provoca um desapontamento em relação à esperada grandiosidade do referente; esse imaginário de grandeza fora estimulado pela leitura assídua de relatos de viagem. O autor só poderá ver a região depois de alguns dias de viagem, após uma noite de insônia e enjoo no navio que o levava Belém a Manaus.

Em relação à análise do homem, Euclides delineia em suas “Impressões Gerais” a premissa que sustentou suas observações: “O seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se” (1966, p. 232). Assim, a contrapelo da história oficial, que registra o ano de 1910 como o auge da exploração gomífera, o escritor traz uma nova perspectiva sobre a prosperidade da região, demonstrando que o usufruto das riquezas oriundas da exploração da borracha está restrito aos donos dos seringais e das casas de aviamento, num sistema de exploração dos seringueiros.

Nesse sentido, a observação dos viajantes tende a ser predeterminada, pois os textos serão feitos com base no que já se considera como visível de antemão. Dessa maneira, os exemplos de Tastevin e Euclides não poderiam ser outros, já que o que está além do que está narrado não existiria, uma vez que não seria sequer observado. Essa perspectiva assemelha-se a teoria delineada por Bakhtin a respeito dos romances de viagens:

Daí a percepção – característica de tais romances – dos grupos sociais estranhos, nações, países, modos de vida etc. no espírito do “exotismo”, isto é, a percepção das diferenças nuas, dos contrastes, das estranhezas. Daí também o caráter naturalista dessa modalidade romanesca: desintegração do mundo em objetos particulares, fenômenos e acontecimentos, simplesmente contíguos ou alternantes entre si. A imagem do homem no romance – mal traçada – é absolutamente estática, como estático é o mundo que o cerca. O romance desconhece a formação, o desenvolvimento do homem (BAKHTIN, 2006, p. 206-207).

Assim, imbuído da missão de informar aos seus superiores sobre o exercício da fé e o estado das populações no interior da Amazônia, Tastevin produz textos que possuem características dos romances de viagens, com uma sequência narrativa semelhante à narrativa histórica existente até o século XIX. Em seus textos, vemos a imagem exótica da paisagem e da população (considerada como carente e sofredora de injustiças desde antes da viagem); os fenômenos e acontecimentos são relatados de acordo com o percurso da viagem, sem aprofundamento dos processos sociais, econômicos e políticos que os antecederam. Dessa maneira, as-

sim como a História substitui a narrativa histórica por uma análise mais das estruturas do que da cronologia (cf. BARTHES, 2004, p. 180), a narrativa de viagem de Tastevin acaba por ser utilizada como fonte de informação para redação de outros documentos, estes sim, que analisam e aprofundam a compreensão das estruturas de formação da sociedade local.

O autor, munido de coragem e ambição, vivencia penúrias extremas, que são justificáveis em relação a uma missão maior do que aquelas viagens. A dedicação sacerdotal, claro, é uma dessas missões, mas, a Congregação do Espírito Santo desejava também aumentar a extensão de sua jurisdição e, nesse sentido, os relatos do missionário eram úteis para que se pudesse aprimorar as estratégias de intervenção na região. Além disso, o próprio Tastevin, já em sua primeira viagem à Amazônia, explicita seus interesses etnográficos e linguísticos.

Para Euclides da Cunha, a floresta era uma fronteira importante do Brasil, um novo sertão, e dali deveria sair a redação de um livro vitorioso, feito aos moldes do *Paraíso Perdido*:

Se escrevesse agora esboçaria miniaturas do caos, (...) uma miniatura formidável de vastas florestas inundadas e de vastos céus resplandecentes. Entre tais extremos está, com as suas inumeráveis modalidades, um novo mundo que me era inteiramente desconhecido... Além disso, esta Amazônia recorda a genial definição do espaço de Milton: esconde-se a si mesma. O forasteiro contempla-a sem ver, através de uma vertigem. Ela só aparece aos poucos, vagarosamente, torturantemente. (CUNHA. 2000, p. 377)

O livro pretendido não foi concluído, devido à morte prematura do autor. O que temos são artigos e ensaios que seriam desenvolvidos e utilizados em sua composição. O projeto do autor apresenta lampejos de uma descrição minuciosa das condições e consequências de um povoamento à gandaia e torna possível ao leitor um vislumbre de processos históricos dramáticos, que teriam instaurado uma sociedade em ruínas na região Amazônica. Talvez essa condição seja dada pela própria dinâmica natural desse espaço, em que a transformação do ambiente prevê uma contínua destruição e reconstrução das margens dos rios, pela conformação das cheias e das vazantes. Assim como faz o escritor, a sociedade e o rio também estão “destruindo e construindo, reconstruindo e [...] apagando [...] – com a ânsia, com a tortura, com o exaspero de monstruoso artista incontentável a retocar, a refazer e a recomeçar perpetuamente um quadro indefinido...” (CUNHA, *apud* BOLLE, 2005, p. 155).

Ao assumir a pretensão de registrar o que se observou e experi-

mentou em viagem, os autores aqui em questão reduzem o esquema da significação a apenas dois elementos: o significante e o referente. Porém, o significado do que apresentam faz entrever estereótipos comuns da região: os seringueiros abandonados; a floresta selvagem, pouco hospitaleira e virgem; os brancos aventureiros; os índios sujeitos às mais terríveis atrocidades – e, novamente, as palavras de Barthes se fazem necessárias:

Por sua própria estrutura e sem que haja necessidade de recorrer à substância do conteúdo, o discurso histórico é essencialmente elaboração ideológica, ou, para ser mais preciso, *imaginário*, se é verdade que o imaginário é a linguagem pela qual o enunciante de um discurso (entidade puramente linguística) “preenche” o sujeito da enunciação (entidade psicológica ou ideológica). Compreende-se daí que a noção de “fato” histórico tenha muitas vezes suscitado, aqui e ali, certa desconfiança (BARTHES, 2004, p. 176).

O discurso histórico responde a essas desconfianças na própria ordenação de seus fragmentos – os pormenores concretos são dispostos nos textos de maneira a subsidiar um pensamento mais amplo. No caso de Euclides, o autor utiliza esses dados em seu rumo para o ideal, parafraseando uma expressão do próprio autor. Dessas constatações, podemos dizer que os artigos e relatos de Tastevin e Euclides passam pelo crivo do “que realmente aconteceu”; apresentando características estruturais e formais, que concernem ao que denominamos como discurso histórico.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. *Análise estrutural da narrativa*. 7. ed. Petrópolis: Vozes. 1981.

\_\_\_\_\_. *Roland Barthes por Roland Barthes*. Trad.: Leyla Perrone-Moysés. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

BATAILLE, Georges. *La literatura y el mal*. Buenos Aires: Ediciones el Aleph, 2000.

\_\_\_\_\_. *La felicidad, el erotismo y la literatura*. Córdoba: Adriana Hidalgo, 2001.

BENJAMIN, Walter. *Sociologia*. Organizador: Flávio R. Kothe. São

Paulo: Ática, 1985. p. 155-164.

\_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. *Para una crítica de la violencia*. Trad.: Héctor A. Murena. Buenos Aires: Leviatán, 1995.

BOLLE, Willi. O Mediterrâneo na América Latina: A Amazônia na visão de Euclides da Cunha. *Rev. USP*, São Paulo, n. 66, ago. 2005. Disponível em:

<[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010399892005000300019&lng=pt&nrm=iso](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010399892005000300019&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 04-09-2012.

CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido*: reunião de ensaios amazônicos. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

\_\_\_\_\_. *À margem da geografia*. (Obra Completa, Vol. I). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1966.

\_\_\_\_\_. *À margem da história*. (Obra Completa. Vol. I). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1966. p. 223-288.

\_\_\_\_\_. *Contrastes e confrontos*. (Obra Completa. Vol. I). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1966.

\_\_\_\_\_. *O rio Purus*. (Obra Completa. Vol. I). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1966.

\_\_\_\_\_. *Outros contrastes e confrontos*. (Obra Completa. Vol. I). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1966.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Tastevin, Parrissier*: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá. Série Monografias. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009.

FAULHABER, Priscila; MONSERRAT, Ruth. *Tastevin e a Etnografia indígena*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2008.

GUIMARÃES, Leandro Belinaso. Euclides da Cunha na Amazônia: descontinuidades históricas nos modos de ver e narrar a floresta. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, jul.-set. 2010, p. 705-718.

IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. *Os Kaxinawá de Felizardo*: correrias,

trabalho e civilização no Alto Juruá. Brasília: Paralelo 15, 2010.

JAKOBSON, Roman. Sobre el realismo artístico. In: TODOROV, Tzvetan (Org.). *Teoría de la literatura de los formalistas rusos*. 3. ed. Cerro del Agua: Siglo Veintiuno Editores, 1978. p. 71-80.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad.: Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

LIMA, Luiz Costa. *Euclides da Cunha: contrastes e confrontos no Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto, Petrobrás, 2000.

\_\_\_\_\_. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. *Elementos de lingüística para o texto literário*. Trad.: Maria Augusta Bastos de Mattos. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TASTEVIN, Constant. Na Amazônia – viagem ao Alto Juruá e ao rio Tejo. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Tastevin, Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá*. Série Monografias. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009, p. 61-71.

\_\_\_\_\_. Entre os índios do Alto Juruá. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Tastevin, Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá*. Série Monografias. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009. p. 109-127.

\_\_\_\_\_. No Moa, nos limites extremos do Brasil e do Peru. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). *Tastevin, Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá*. Série Monografias. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009, p. 72-108.

\_\_\_\_\_. O “Riozinho da Liberdade”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Tastevin, Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá*. Série Monografias. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009, p. 227-237.

\_\_\_\_\_. O Alto Tarauacá. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Tastevin, Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá*. Série Monografias. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009, p. 172-206.

\_\_\_\_\_. O rio Muru: seus habitantes, crenças e costumes kachinawá. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Tastevin, Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá*. Série Monografias. Rio de Janeiro:



Museu do Índio, 2009, p. 136-171.

\_\_\_\_\_. Os kachinawas comedores de cadáveres. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Tastevin, Parrissier*: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá. Série Monografias. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009, p. 127-135.

\_\_\_\_\_. Quelques considérations sur les indiens du Juruá. *Bulletins et Mémoires de la Société d'anthropologie de Paris*, VI Série. Tome 10, 1919, p. 144-154.

\_\_\_\_\_. Sobre os rios da Amazônia. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Tastevin, Parrissier*: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá. Série Monografias. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009, p. 207-226.

TOCANTINS, Leandro. *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido*. 4. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992.

\_\_\_\_\_. *O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

VENTURA, Roberto. *Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, vol. V (suplemento), 133-147, julho 1998.

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.